



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 6.317, DE 05 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre as normas gerais para a permissão do serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel – táxi, no Município de Pindamonhangaba, e dá outras providências.

(Substitutivo ao Projeto de Lei nº 162/2019, de autoria dos Vereadores Rafael Goffi Moreira, Renato Nogueira Guimarães – Renato Cebola, Roderley Miotto Rodrigues e Ronaldo Pinto de Andrade - Ronaldo Pipas).

Dr. Isael Domingues, Prefeito do Município de Pindamonhangaba, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprova e ele promulga a seguinte Lei:

Capítulo I DO SERVIÇO DE TÁXI

Art. 1º A permissão do serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel, denominado táxi, no Município de Pindamonhangaba, reger-se-á por esta Lei e demais atos normativos expedidos pelo Poder Executivo.

§ 1º O serviço de que trata esta Lei somente poderá ser executado mediante prévia e expressa autorização do Poder Executivo, por meio de Alvará de Permissão, com o respectivo Termo de Licença de Veículo.

§ 2º O Alvará de Permissão será concedido a título precário, podendo ser revogado ou modificado, a qualquer tempo, mediante proposta fundamentada do Poder Executivo, quando julgar necessário ou conveniente.

Art. 2º O serviço de transporte individual de passageiros em táxi somente poderá ser explorado por pessoa física, motorista profissional autônomo, que poderá agrupar-se em associações e cooperativas, a fim de prestar serviços a empresas e órgãos públicos.

§ 1º Vetado.

§ 2º Vetado

§ 3º Vetado.

§ 4º Vetado.

§ 5º Vetado.

§ 6º Vetado.

Art. 3º Vetado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 4º A permissão será revogada e o exercício da atividade retornará ao Poder Executivo nos casos de vacância.

Art. 5º O Alvará de Permissão deve ser renovado anualmente, conforme prazos e requisitos a serem definidos por ato da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Parágrafo único. A renovação dos motoristas auxiliares do serviço de táxi, bem como seus requisitos, serão fixados por ato da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Art. 6º Fica atribuída à Secretaria Municipal de Segurança Pública a competência de fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei e demais atos do Poder Executivo, pertinentes à matéria.

Capítulo II DOS PERMISSIONÁRIOS

Art. 7º Os veículos utilizados no serviço de táxi deverão conter identificação do condutor, conforme local e modelo a ser determinado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Art. 8º O motorista profissional autônomo somente poderá explorar 01 (um) táxi.

Art. 9º Ao motorista profissional autônomo permissionário para a exploração do serviço de táxi é permitido ceder o seu veículo, em regime de colaboração, a 01 (um) auxiliar, nos termos da Lei Federal nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, ou outra norma que venha a substituí-la.

§ 1º O Poder Executivo outorgará autorização ao auxiliar vinculada ao Alvará de Permissão do titular, que deverá ser renovada anualmente, nos termos do artigo 5º desta Lei.

§ 2º Para obtenção da autorização para auxiliar, deverão ser atendidas todas as exigências contidas nesta Lei aos permissionários do serviço de táxi.

Art. 10. O motorista profissional autônomo titular do Alvará de Permissão, aposentado no exercício da atividade de taxista, poderá continuar a exploração da permissão com a obrigação de colocar 01 (um) auxiliar, atendendo todas as exigências legais.

Capítulo III DOS VEÍCULOS

Art. 11. Vetado.

Art. 12. Os veículos a serem utilizados nos serviços de táxi deverão possuir:
I- taxímetro devidamente ferido e lacrado pela autoridade competente e, quando for o caso, tabela de tarifas fixada em local visível ao passageiro;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

II- caixa luminosa com a palavra "táxi", com as instalações elétricas em perfeitas condições, podendo ser colocado um dispositivo de segurança;

III- número do Alvará de Permissão afixado na parte traseira do veículo.

Art. 13. Os veículos autorizados para o serviço de táxi poderão ser utilizados para tal fim pelo prazo máximo de 08 anos a contar do ano de sua fabricação.

§ 1º Não será renovado ou transferido o Alvará de Permissão relativo ao veículo que atingir o limite fixado neste artigo.

§ 2º No período de 01 (um) ano serão autorizadas duas substituições de veículo, salvo em caso de:

I- acidente comprovado por meio de documentos indicando a necessidade de substituição, que será analisada pelos setores da fiscalização do Município;

II- substituição do veículo por outro mais novo e com ano de fabricação mais recente, objetivando a melhoria das condições do transporte de passageiro, desde que comprovado através de documentos e prévia vistoria.

Art. 14. Os veículos poderão ser dotados de sistema de controle por rádio desde que autorizados pelo Departamento Nacional de Telecomunicações.

Art. 15. Fica permitida a veiculação de publicidade nos veículos utilizados para o serviço de táxis.

Parágrafo único. Os requisitos e procedimentos para a autorização de veiculação de publicidade de que trata o "caput" deste artigo serão definidos por portaria da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Art. 16. Vetado.

Capítulo IV DOS PONTOS DE ESTACIONAMENTO

Art. 17. O estacionamento, dos veículos do serviço de táxi, somente é permitido em pontos fixados pelo Poder Executivo, depois de estudos realizados pela área competente.

§ 1º A criação de novos pontos e o remanejamento dos já existentes serão autorizados por meio de ato da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

§ 2º Os pontos de estacionamento serão fixados pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, tendo em vista o interesse público, com especificação do número de ordem, área utilizável e a quantidade de veículos.

§ 3º A Secretaria Municipal de Segurança Pública regulamentará a instalação dos pontos de estacionamento em locais situados nas imediações ou nas divisas do Município.

§ 4º Poderão ser criados "pontos livres", devidamente regulamentados pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, de acordo com as necessidades locais.

Art. 18. O Poder Executivo, atendendo o relevante interesse público, poderá extinguir, transferir, ampliar ou diminuir qualquer ponto de estacionamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º Em caso de extinção ou diminuição do número de veículos ou de interesse público, o Poder Executivo poderá transferir a locação do permissionário para outro ponto.

§ 2º É permitida a permuta de “pontos” entre permissionários, desde que para tanto os interessados solicitem, por escrito, à Secretaria Municipal de Segurança Pública, diretamente ou por meio de seu órgão de classe, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo os permutantes permanecerem no mínimo por 02 (dois) anos no ponto permutado.

Art. 19. O Poder Executivo fica autorizado a fixar tabelas em determinados “pontos” indicando preços de referência de viagens para outras regiões da cidade.

Parágrafo único. Os pontos e os moldes em que se dará a instalação das tabelas será determinado e executado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública por meio de portaria.

Capítulo V DO NÚMERO DE TÁXIS

Art. 20. O Poder Executivo fixará por meio de decreto, anualmente, o número de táxis em circulação na área do Município, bem como o número de vagas não preenchidas, e o número de vagas criadas.

Capítulo VI DAS TARIFAS

Art. 21. Cabe à Secretaria Municipal de Segurança Pública, em conjunto com os órgãos representativos de classe, se houver, realizar estudos sobre a fixação das tarifas, que serão submetidos à aprovação do Prefeito.

Parágrafo único. Todos os autorizatários de serviço de táxi deverão disponibilizar aos usuários equipamento para cobrança do serviço por meio de cartão.

Capítulo VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 22. A Secretaria Municipal de Segurança Pública manterá rigorosa fiscalização sobre os permissionários e seus auxiliares com respeito ao comportamento cívico, moral, social e funcional de cada um.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Segurança Pública poderá criar sistema de avaliação permanente dos prestadores de serviços de transportes, conforme regras a serem definidas em regulamento próprio, ficando a renovação do alvará condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos.

Art. 23. Ficam estabelecidas as seguintes sanções gradativas, aplicadas separada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração e independente da sequência, a que se sujeitará o infrator das obrigações e deveres estatuídos nesta Lei:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

- I- advertência escrita;
- II- multa;
- III- apreensão do veículo;
- IV- suspensão do exercício da atividade.

§ 1º Vetado.

§ 2º Os valores da multa serão atualizados anualmente no dia 1º de janeiro de cada ano, com base no índice utilizado para correção dos demais débitos fiscais.

§ 3º Vetado.

§ 4º As infrações cometidas por autorizatários e motoristas auxiliares classificam-se de acordo com a gravidade em quatro grupos:

- I- Grupo A: Leve;
- II- Grupo B: Média;
- III- Grupo C: Grave;
- IV- Grupo D: Gravíssima.

§ 5º As multas serão aplicadas conforme valores abaixo:

I- Grupo A:

- a) autuação: R\$ 100,00 (cem reais);
- b) 1ª reincidência: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
- c) 2ª reincidência: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

II- Grupo B:

- a) autuação: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
- b) 1ª reincidência: R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- c) 2ª reincidência: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

III- Grupo C:

- a) autuação: R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- b) 1ª reincidência: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);
- c) 2ª reincidência: R\$ 1.000,00 (um mil reais).

IV- Grupo D: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e apreensão do veículo.

Art. 24. É obrigação de todo condutor de veículo de transporte individual de passageiros, observar os deveres e proibições do Código de Trânsito Brasileiro estando sujeito ainda às seguintes penalidades:

I- transferir a condução do veículo a outrem sem anuência do Poder Executivo:

Penalidade: Grupo A.

II- não tratar com polidez e urbanidade os passageiros e o público:

Penalidade: Grupo C.

V- não se trajar adequadamente:

Penalidade: Grupo A.

IV- recusar passageiro, salvo nos casos expressamente previstos em lei:

Penalidade: Grupo A.

VI- violar o taxímetro:

Penalidade: Grupo B.

VII- cobrar valor acima do valor fixado pelo taxímetro ou pela tabela:

Penalidade: Grupo C.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

VII- retardar intencionalmente a marcha do veículo ou seguir itinerário mais extenso ou desnecessário:

Penalidade: Grupo A.

VIII- permitir excesso de lotação no veículo:

Penalidade: Grupo B.

IX- não trazer consigo, sempre, o Alvará de Permissão, e a prova de pagamento dos tributos Municipais:

Penalidade: Grupo A.

X- estacionar em ponto que não seja aquele para o qual foi designado, salvo nos pontos livres:

Penalidade: Grupo A.

XI- não apresentar seu veículo à vistoria periódica ou a qualquer tempo quando notificado:

Penalidade: Grupo C.

XII- embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora:

Penalidade: Grupo C.

XIII- Vetado.

XIV- não colocar a numeração e denominação do ponto de origem no veículo, conforme regulamentação:

Penalidade: Grupo A.

XV- não renovar o Alvará de Permissão nos períodos estabelecidos no artigo 5º desta Lei:

Penalidade: Grupo B.

XVI- abandonar o veículo:

Penalidade: Grupo A.

XVII- utilizar-se de veículo que não esteja interna e externamente limpo:

Penalidade: Grupo A.

XVIII- embarcar passageiros desobedecendo à ordem da fila de veículos estacionados no ponto, a não ser que o passageiro o procure:

Penalidade: Grupo A.

XIX- interromper totalmente o serviço por 30 (trinta) dias contínuos ou descontínuos, num período de 12 meses, salvo motivo de força maior devidamente comprovado:

Penalidade: Grupo A.

XX- usar veículo não autorizado pelo Departamento de Trânsito e Mobilidade ou sem o selo de identificação:

Penalidade: Grupo A.

XXI- prestação de serviço em desconformidade com o autorizado pelo artigo 2º desta Lei pelo taxista, pela associação, ou pela cooperativa:

Penalidade: Grupo A.

XXII- não cumprimento de editais, avisos, notificações, comunicações, cartas, circulares, ordens ou instruções da Administração:

Penalidade: Grupo A.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

XXIII- efetuar transporte remunerado individual de passageiros sem licença ou permissão legal:

Penalidade: Grupo D.

§ 1º Para os fins desta lei, o veículo não será considerado abandonado se o motorista ao seu lado se alocar.

§ 2º O valor da multa a ser aplicada na primeira infração será sempre a de menor valor.

§ 3º As multas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro em caso de reincidência específica, sendo cumulada com a apreensão do veículo nos casos dos incisos XX e XXI.

§ 4º Em caso de veículo em manutenção, um laudo da oficina responsável, isenta durante 30 (trinta) dias, seu proprietário de multa a que se refere o inciso XV deste artigo.

Art. 25. Após a aplicação da multa em dobro, caso persista qualquer das irregularidades previstas nesta Lei, será procedida a abertura de processo administrativo para a cassação da permissão, podendo, entretanto, o infrator interpor recurso administrativo junto ao Poder Executivo contra a medida no prazo de até 10 (dez) dias.

Parágrafo único. A cassação será determinada pelo Poder Executivo baseada e fundamentada nos autos do processo administrativo instaurado, sempre assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 26. Vetado.

Art. 27 O Poder Executivo, por ato administrativo, disciplinará os horários de uso das bandeiras diurnas e noturnas, e fixará as penalidades pelas infrações cometidas, cabendo à Secretaria Municipal de Segurança Pública fiscalizar o disposto nesse capítulo.

Capítulo VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 Esta Lei será regulamentada, no que couber, pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. O regulamento estabelecerá:

- I- os critérios dos pontos de estacionamento de táxi;
- II- implantação dos “pontos livres”;
- III- criação de novos pontos, respeitando a preferência dos permissionários dos pontos mais próximos, sendo que não completadas as vagas será concedida a preferência aos pontos que possuírem mais permissionários.

Art. 29. Vetado

Art. 30. Vetado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 31. Os permissionários dos serviços de táxi deverão contratar seguro de acidentes pessoais a passageiros, além de efetuar o pagamento regular do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT).

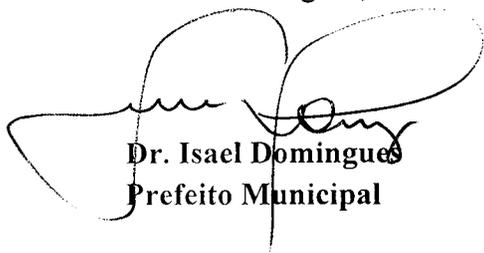
Parágrafo único. Os permissionários dos serviços de táxi deverão efetuar sua inscrição junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, de acordo com a Lei Federal no 12.468, de 26 de agosto de 2011.

Art. 32. Vetado.

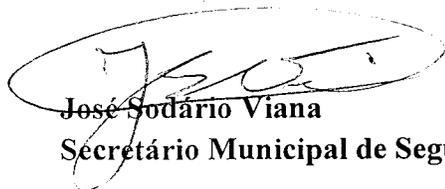
Art. 33. Os casos omissos serão analisados e decididos pela Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Art. 34. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pindamonhangaba, 05 de março de 2020.

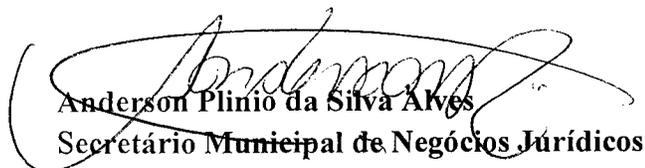


Dr. Isael Domingues
Prefeito Municipal



José Sodário Viana
Secretário Municipal de Segurança Pública

Registrada e publicada na Secretaria de Municipal de Negócios Jurídicos em 05 de março de 2020.



Anderson Plínio da Silva Alves
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

LEI N.º 6.317, DE 28 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre as normas gerais para a permissão do serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel – táxi, no Município de Pindamonhangaba, e dá outras providências.

(Projeto de Lei nº 162/2019, de autoria dos Vereadores Rafael Goffi Moreira, Renato Nogueira Guimarães – Renato Cebola, Roderley Miotto Rodrigues e Ronaldo Pinto de Andrade)

VEREADOR FELIPE CÉSAR, Presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, faço saber que a Câmara manteve e eu promulgo, nos termos dos §§ 6º e 8º do artigo 46 da Lei Orgânica Municipal, os seguintes dispositivos da Lei nº 6.317/2020:

Art. 2º (...)

§ 1º O serviço de transporte individual de passageiros em táxi poderá também ser explorado pela pessoa física que aderir a MEI (Micro Empreendedor Individual).

§ 2º As cooperativas e associações de taxistas de que trata o “caput” deste artigo poderão manter frota própria de veículos, com características diferenciadas quanto à padronização de cor para os denominados táxis executivos, para utilização facultativa pelos associados ou cooperados titulares de alvará para serviço de táxi, desde que obedecidos os seguintes requisitos:

I- cadastramento prévio junto a Secretaria Municipal de Segurança Pública, da associação ou cooperativa com indicação nominal dos associados ou cooperados para fins de autorização de veículos;

II- limite máximo de veículos correspondente a 10% (dez por cento) do número de associados ou cooperados;

III- associação ou cooperativa com no mínimo 15 (quinze) associados ou cooperados titulares de alvará para serviço de táxi;

IV- possuir local para estacionamento dos veículos compatíveis com a quantidade destes, onde deverão permanecer estacionados quando não estiverem em uso pelos taxistas associados ou cooperados, o que será submetido à aprovação prévia da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

§ 3º Para efeito do cálculo da quantia de veículos por associação ou cooperativa, dentro do limite previsto no inciso II do § 2º deste artigo, não será considerado o associado ou cooperado que já tenha constado do cálculo de outra associação ou cooperativa.

§ 4º Os veículos de que trata o “caput” deste artigo deverão atender aos seguintes requisitos:



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba Estado de São Paulo

- I- possuir aparelho de ar condicionado;
- II- possuir no mínimo 04 portas;
- III- cadastro junto a Secretaria Municipal de Segurança Pública e selo de identificação;
- IV- possuir taxímetro.

§ 5º Consideram-se serviços de táxi executivo aqueles prestados exclusivamente mediante contrato com pessoas físicas ou jurídicas nos termos das necessidades destas, proibido o seu uso nos serviços próprios dos táxis não executivos.

§ 6º Durante o período de uso do veículo da associação ou cooperativa pelo taxista, o veículo deste deverá ficar retido junto à associação ou cooperativa.

Art. 3º Para a obtenção do Alvará de Permissão o motorista profissional autônomo deverá atender as exigências desta Lei e apresentar os seguintes documentos:

- I- Carteira de Identidade;
- II- Carteira Nacional de Habilitação – CNH – com autorização para exercer atividade remunerada (EAR), conforme Código de Trânsito Brasileiro;
- III- Atestado de Antecedentes Criminais;
- IV- Cadastro de Pessoa Física – CPF – do Ministério da Fazenda;
- V- certidão de prontuário da CNH;
- VI- certificado de propriedade do veículo, acompanhado de licenciamento e seguro obrigatório;
- VII- ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;
- VIII- certidão negativa de débitos municipais.

Art. 11 Os veículos a serem utilizados no serviço de táxi deverão ser de cor prata, com no mínimo (04) quatro portas, devendo estar em bom estado de funcionamento, segurança, higiene e conservação, a ser comprovada por meio de vistoria prévia, e de acordo com as exigências desta Lei.

§ 1º A exigência da cor prata dos veículos utilizados no serviço de táxi dos permissionários que já estão em atividade, quando da publicação desta norma, ocorrerá quando da primeira troca de seus veículos, a contar da data da publicação desta Lei. Salienta-se que os novos permissionários, quando da publicação desta Lei, já deverão ter seus veículos na cor prata para a utilização no serviço de táxi.

§ 2º A vistoria obrigatória deverá ser renovada anualmente no mesmo período da renovação do Alvará de Permissão.

Art. 16 Ficam isentas do pagamento de taxa de publicidade, a comunicação visual e publicidade de que trata o artigo 15.

Art. 23 (...)



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba Estado de São Paulo

§ 1º As penalidades serão julgadas em duas instâncias: em primeira instância pelo diretor do Departamento de Trânsito e Mobilidade, e em segunda instância pelo Secretário Municipal de Segurança Pública.

(...)

§ 3º A competência para julgamento em primeira instância de que trata o § 1º deste artigo poderá ser transferida a comissão ou servidor, conforme ato normativo da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Art. 24 (...)

XIII- não cumprir exigências do Setor de Fiscalização de Táxi quanto a reparos no veículo, mediante notificação com prazo mínimo de 24 horas para saneamento da irregularidade, podendo o prazo ser estendido por prazos subsequentes de 10 (dez) dias, 20 (vinte) dias e 30 (trinta) dias, de acordo com a extensão dos reparos a serem executados:

Penalidade: Grupo A.

Art. 26 Para a liberação do veículo apreendido o autuado deverá oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias, por escrito, junto à Secretaria Municipal de Segurança Pública, mediante abertura de processo administrativo, que seguirá os seguintes procedimentos:

I- oferecida a defesa, será a mesma autuada e remetida ao Secretário de Segurança Pública para apreciação do pedido;

II- o interessado pretendendo produzir prova oral deverá requerê-la na defesa inicial, sob pena de preclusão;

III- com o requerimento de prova oral, a autoridade, o Secretário Municipal de Segurança Pública designará audiência de instrução, cientificando o interessado ou seu procurador da data;

IV- encerrada a instrução, será deferido o prazo de 10 (dez) dias para oferecimento de alegações finais, findo os quais os autos serão encaminhados ao Secretário de Segurança Pública para julgamento que ocorrerá nos 30 (trinta) dias subsequentes;

V- da decisão será cientificado o interessado ou seu procurador, pessoalmente ou por via postal com Aviso de Recebimento – AR, o qual poderá interpor recurso no prazo de 10 (dez) dias à autoridade superior (Chefe do Poder Executivo), que decidirá o processo no prazo de 20 (vinte) dias em caráter definitivo.

Parágrafo único. Para a retirada do veículo apreendido deverão ser pagas a taxa de estadia ao fiel depositário do veículo, os serviços de guincho, se houver, e também as multas devidas à municipalidade, antes da liberação.

Art. 29 As condições para outorga de novas permissões para o serviço de táxi observará o critério estabelecido neste artigo, quando o número de pretendentes for superior à quantidade de vagas, na seguinte ordem:



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba Estado de São Paulo

I- motorista auxiliar com mais tempo de serviço prestado ininterruptamente, que não tenha transferido anteriormente seu direito à permissão a terceiros, o que deverá ser devidamente comprovado por certidão emitida pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, sendo o tempo para busca do auxiliar mais antigo contado somente ao período enquanto auxiliar ativo;

II- ao motorista que, comprovadamente, não possuir outro meio de subsistência;

III- ao motorista que não possuir outra atividade remunerada, que seja proveniente do trabalho profissional, com ou sem vínculo empregatício;

IV- ao motorista com maior tempo de efetividade profissional e com menor número de infrações às leis de trânsito;

V- ao motorista com maior número de filhos menores ou inválidos, e separado ou divorciado judicialmente com filhos sob sua dependência;

VI- ao solteiro arrimo de família;

VII- ao casado sem filhos;

VIII- aprovação nos cursos de direção defensiva, tratamento com o público e testes psicológicos, conforme as diretrizes a serem regulamentadas pelo Poder Público.

Parágrafo único. Perdurando, ainda, a igualdade de condições, o desempate se fará por sorteio levado a efeito na presença dos interessados.

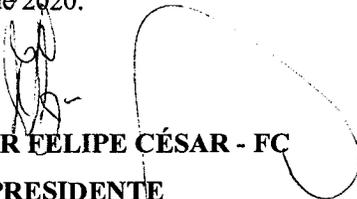
Art. 30 Os permissionários dos serviços de táxi, no caso de sinistro ou furto poderão utilizar-se de um segundo veículo cedido a título precário.

Art. 32 O atendimento nos pontos de táxis será determinado de acordo com a ordem de chegada dos veículos.

§ 1º Terá preferência para o atendimento da chamada telefônica o táxi que se encontrar estacionado em primeiro lugar para sair.

§ 2º Quando o passageiro fizer a chamada por telefone, o táxi designado por este terá o direito de atender ao chamado.

Pindamonhangaba, 28 de abril de 2020.


VEREADOR FELIPE CÉSAR - FC
PRESIDENTE